

O Grande Gastador

Enquanto cresce o debate sobre se o Estado vai ou não repetir a moratória externa na dívida interna, permanece na sombra, ignorado ou esquecido, um aspecto importante para a compreensão do que de fato se passa. Trata-se de definir quem, neste país, está poupando, e quanto.

As indicações são de que, por volta de 1970, o Governo poupava algo em torno de 5% a 6% do Produto Interno Bruto. Com o passar dos anos, a capacidade de poupar do Governo foi diminuindo, ficando em 4,2% em 1975, despencando para cerca de 1% no início desta década e desaparecendo a partir daí.

No mesmo período, o setor privado da economia brasileira virtualmente duplicou a poupança, comparando-se também com o PIB. Trocando as coisas bem em miúdos, hoje o setor privado poupa, e o Governo gasta. Pior que isso, o desalinhamento dos preços e tarifas provocado pelo plano Cruzado mandou um tremendo *exocet* em cima das empresas estatais produtivas, sejam elas do setor elétrico, seja a própria Petrobrás. Quem tirar o telefone do gancho e sentir o aumento na espera do ruído de discar, sabe o que isso significa, em termos de congestionamento das linhas, e, portanto, de defasagem nos investimentos em telecomunicações. Um pouco mais, e estaremos com o blecaute de volta ao centro-sul: tudo o que é necessário é uma estiagem prolongada como a que afetou os estados de São Paulo e Paraná há cerca de ano e meio.

Se o Governo não tem mais capacidade para poupar, e se as empresas públicas essenciais têm seus sistemas de preços e tarifas completamente subvertidos, o que acontecerá com a dívida interna, que corresponde ao que o Estado tomou emprestado à sociedade para se financiar?

A resposta a essa pergunta não pode ser encontrada somente no plano interno. Dívida interna e externa estão umbilicalmente ligadas, e, em grau maior ou menor, literalmente enroladas na novela das relações entre o Brasil e seus credores estrangeiros.

Estima o Fundo Monetário que os países latino-americanos perderam maciçamente dólares com a fuga de capitais provocada pela crise do endividamento. Um cálculo, sem dúvida muito otimista, menciona algo como 1 bilhão de dólares saídos — ou fugidos — do Brasil no ano passado. Enquanto não se restabelecerem relações normais com os credores no exterior, esse quadro não reverterá, com uma consequência óbvia: redução na taxa de investimentos, contaminando o setor privado — que detém a poupança disponível — pela incerteza. Nesse ambiente, o Estado continuará se endividando internamente, e realimentando um problema sem solução, pois coincide com a

perda de dinamismo da economia e taxas cada vez menores de crescimento do Produto Interno Bruto.

É fácil compreender o que acontece com uma nação que, de uma taxa de investimentos sobre o Produto Interno Bruto estimada em 22% em 1970, cai para menos de 17% este ano, com uma perspectiva ainda mais sombria para 1988. Que fator pode ter efeito mais devastador sobre o processo econômico nessas circunstâncias? A desarticulação da poupança, por obra e graça do Estado e de sua cada vez mais flagrante incapacidade para reduzir seus gastos, gerando excedentes para investir.

É nesse ambiente que se está criando uma deformação das mais degradantes e arriscadas para o futuro do Brasil como Nação e como economia organizada. O Estado ineficiente está espalhando nuvens de hostilidades sobre o que considera como *rentier*, ou seja, o setor privado que poupa e, por poupar, quer receber *rendas* de sua poupança.

Poupa hoje no Brasil o cidadão comum, através das cadernetas, e teoricamente “poupa” todo aquele que procura se proteger de uma inflação de mais de 220% ao ano (numa perspectiva otimista) mantendo seu caixa no *overnight* ou em depósitos de curto prazo remunerados. A incapacidade do setor público para gerar receita com que cobrir suas despesas, e o déficit descontrolado e realimentado por pressões de todo o tipo — inclusive as pressões salariais nas empresas públicas — tornou o Governo o maior cliente da poupança nacional. Hoje, a poupança é prisioneira do Governo. Nada mais lógico, nessas circunstâncias, que compulsoriamente reduzir a “renda” dos indivíduos, transferindo essa suposta *renda* do setor privado para o setor público, que não poupa mas tem o direito divino de gastar.

O efeito desse processo pernicioso é a descapitalização cada vez maior dos setores mais dinâmicos da sociedade, os mais produtivos e mais eficientes. Cresce, do outro lado, o “aparelho” do Estado. Não se trata de uma redistribuição forçada da renda para reduzir os desequilíbrios internos do país, entre classes sociais ou entre regiões geográficas. Essa redistribuição da renda é da sociedade privada para o Estado. O favelado do morro carioca não ganha um centavo com isso: ao contrário, a classe média baixa que não tem moradias, porque a capacidade de investir em planos habitacionais do Governo reduziu-se a zero, é empurrada para os morros. Os subnutridos do Piauí engrossam as fileiras dos que vão mendigar em São Paulo. E a seca verde vai empurrando suas hordas de migrantes para as grandes cidades. Um cenário que somente se agravará quanto mais inchar a dívida do Estado, e quanto mais ganharem espaço os fãs do calote.